

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº                      , DE 2014**  
**(Do Sr. Rubens Bueno)**

*Requer informações ao Ministro da Integração Nacional acerca da execução do Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais em face à situação de calamidade que atingiu os Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais em dezembro de 2013, na forma em que especifica.*

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 24, inciso V e seu parágrafo 2º e o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Ministro da Integração Nacional, Sr. Francisco José Coelho Teixeira, sobre a execução do Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais em face à situação de calamidade que atingiu os Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais no final de 2013.

Solicito que sejam informados:

- o resultado do balanço efetuado pelo governo federal em relação ao flagelo ocorrido em 2013 provocado pela seca e pelas chuvas que assolaram diversos Estados do Brasil;
- o órgão responsável pela execução desse balanço macabro, os dados efetivamente levantados e o prejuízo;

- a razão da baixa execução orçamentária em 2013, em relação aos recursos destinados à prevenção de desastres naturais e à recuperação dos danos causados, considerando os flagelos ocorridos em 2010, 2011 e 2012.

## **JUSTIFICATIVA**

Em fevereiro de 2014, solicitamos o encaminhamento de Requerimento de Informação ao Ministério da Integração Nacional, acerca da execução do Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais em face dos desastres que atingiram os Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais em dezembro de 2013.

Na oportunidade, entendíamos ser importante conhecer as informações sobre a baixa execução das verbas do orçamento destinadas à prevenção de desastres naturais, haja vista que ficou evidente, em 2013, que houve falta de recursos, de planejamento e de desenvolvimento de políticas públicas para fazer frente à situação de calamidade enfrentada pelos municípios.

Com as fortes chuvas de dezembro de 2013, a grande maioria dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo declarou estado de emergência ou de calamidade pública para acelerar a ajuda às populações que foram obrigadas a abandonar casas inundadas, sepultadas por deslizamentos de terras ou ameaçadas. Várias regiões permaneceram isoladas pelas inundações, sem comunicação, água potável ou energia elétrica.

Em 27 de maio de 2014, o excelentíssimo Sr. Ministro da Integração Nacional, Sr. Francisco José Coelho Teixeira, encaminhou, por meio da Nota Técnica nº 028/2014/DAG/SEDEC, de 7 de maio de 2014, da Secretaria de Proteção e Defesa Civil, resposta à nossa solicitação. Entretanto, após avaliação do documento encaminhado, avaliamos que alguns questionamentos ficaram sem as respostas devidas.

Dessa forma, solicitamos que seja reencaminhado requerimento de informação para que o Ministro da Integração Nacional tenha oportunidade de se pronunciar em relação às questões que consideramos pendentes.

Sala das Sessões, em        de junho de 2014.

Deputado Rubens Bueno  
PPS/PR